



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



## **ANÁLISE DO DISCURSO PRESENTE NOS TEXTOS DO LIVRO DIDÁTICO UTILIZADO PELAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE (SED E SEMED)<sup>1</sup>**

Dayane Laitart<sup>2</sup>

NEAD/UEMS

Marlon Leal Rodrigues

NEAD/UEMS

**RESUMO:** Neste trabalho serão evidenciadas algumas atividades de leitura propostas no manual do Ensino de Língua Portuguesa, da Coleção Para Viver Juntos, do 6º ano, de autoria de Cibele Lopresti Costa, Greta Marchetti e Jairo J Batista Soares, todos são professores de Língua Portuguesa e Literatura, para serem trabalhadas com alunos em sala. Veremos a forma como o discurso aparece nos livros didáticos, se mostra uma certa pobreza em conteúdo, conforme relatam autores citados nesse trabalho. Também interessa saber em que medida a leitura é praticada em sala de aula, e se o que atualmente é oferecido aos alunos é suficiente para que eles possam refletir sobre as principais relações fundamentais entre o homem e a natureza, o homem e a sociedade na história. Verificaremos se as atividades propostas são adequadas para a idade do aluno, de que maneira o discurso é explorado, e se as mesmas despertam a curiosidade e interesse do aluno.

**Palavras – chave:** Livro Didático, Análise do Discurso, Textos.

### **Introdução**

O presente trabalho intitulado "Análise do discurso presente nos textos do livro didáticos adotados pela Secretaria de Educação de Campo Grande (SEMED)" está vinculado ao trabalho de conclusão de curso

---

<sup>1</sup> Este trabalho é monografia de final do curso Letras, Port/Inglês da UEMS de Campo Grande. Foi orientado pelo Prof. Dr. Marlon Leal Rodriguesç.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Letras oferecido pela Letras oferecido pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

de Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Elege-se como objeto de estudo um manual do Ensino de Língua Portuguesa, da Coleção Para Viver Juntos, do 6º ano, de autoria de Cibele Lopresti Costa, Greta Marchetti e Jairo J Batista Soares, todos são professores de Língua Portuguesa e Literatura.

O objetivo do trabalho é evidenciar as atividades relacionadas à leitura, como aparecem e como elas são propostas. Algumas das razões que motivam o estudo são: a forma como o discurso aparece nos livros didáticos, se mostra uma certa pobreza em conteúdo, também interessa saber em que medida a leitura é praticada em sala de aula, e se o que atualmente é oferecido aos alunos é suficiente para que eles possam refletir sobre as principais relações fundamentais entre o homem e a natureza, o homem e a sociedade na história.

Assim, parte-se do pressuposto de que os manuais didáticos como instrumento de trabalho para formar leitores esbarram nos seus próprios limites, uma vez que sendo produzidos no mundo moderno se fundam na base técnica do trabalho manufatureiro, ou seja, baseia-se nesse suporte pedagógico como forma principal para a transmissão do conhecimento, mas, com a agravante de que fora engendrado próximo ao século XVI, e ainda continuam sendo utilizados para as aulas dos dias atuais. Respeitadas as mudanças sofridas ao longo dos séculos seguintes à sua invenção, parece-nos que os limites retro mencionados estão nos indícios do esgotamento desse material didático que não tem dado conta de abarcar a realidade da escola brasileira tal como ela é: Ávida de um conhecimento completo, sem recortes, integrada com o fazer do aluno em seu cotidiano.

Assim sendo, estudos que analisam a utilização desse instrumento como ferramenta de trabalho do professor, mostraram que somente a utilização do livro didático para a formação leitora não é o suficiente para formar um leitor crítico.

Em face disso, põe-se em questão a utilização desse instrumento como portador de elementos que contribuam para a formação de leitores. No intuito de elucidar, ou, aproximar-nos de uma resposta plausível, suscitaremos os questionamentos adiante: Será que a leitura como prática discursiva auxiliará na formação de alunos protagonistas, que participam de suas histórias, de suas realidades? Poderá o aluno compreender o mundo a sua volta a partir da prática da leitura? Será que ela é vista pelo aluno como algo que estimula o autoconhecimento, o convívio, o interesse, o espírito de investigação e acima de tudo como algo que ajuda a desenvolver a capacidade para resolver problemas?



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



Esse trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, abordamos sobre a Análise do Discurso e análise do discurso e leitura, já que se trata nesse estudo sobre a análise dos textos presentes nos livros didáticos adotados pela Secretaria de Educação de Campo Grande MS; o segundo apresenta uma breve evolução histórica do livro didático, ele como ferramenta do dia a dia do educador e a variedade textual nele contida; o primeiro capítulo apresenta a análise da imagem de um trecho do filme “Eragon” e do textos "Robison Crusoe" de Daniel Defoe. No sexto capítulo a análise do poema "O poeta aprendiz" de Vinicius de Moraes, presentes no livro didático do 6º ano do Ensino Fundamental: "Para Viver Juntos"

## **1. Análise do Discurso Presente nos Livros Didáticos**

### **1.1 Discurso: Conceitos e Fundamentos**

Existem muitos conceitos utilizados para a palavra discurso. Para Orlandi (2012) quando se fala em discurso não se está se referindo tão somente de transmissão de informação. Não pode compará-lo a um diálogo onde tem-se o emissor e o receptor que capta a mensagem e a decodifica, pois no discurso não há separação entre emissor e receptor. Eles realizam concomitantemente o processo de significação, não encontram-se separados, estanques.

Para Souza (2003) o discurso está relacionado a um conjunto coerente de conhecimentos partilhados, construído de forma inconsciente por indivíduos de um grupo social. A ideia central é que não se pode dar um sentido a um enunciado se não for em relação a outros enunciados que circulam na sociedade. Assim, a noção de discurso está intimamente ligada a de interdiscurso.

Dessa forma, pode-se dizer que discurso não se trata apenas de transmissão de informação, posto que põe em funcionamento sujeitos e sentidos que são influenciados pela língua e pela história, tem-se um

complexo processo de constituição dos sujeitos (emissor e receptor) e produção de sentidos e não simplesmente transmissão de informação.

Por meio do discurso é possível perceber o que se encontra ideologicamente presente nos textos, principalmente quando se trata de livros didáticos que se encontram normalmente "recheados" de textos. Ele constitui material característico capaz de confrontar o simbólico com a ideologia.

As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados, tanto que autores como Orlandi (2012), define discurso como efeito de sentidos entre interlocutores.

Santos (2003) ressalta que o discurso pode ser compreendido como uma forma de ação, ou seja, uma maneira de as pessoas agirem sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também uma forma de representação. No discurso está o poder da palavra do ator social, pois não é mais o que é dito que conta, mas a origem enunciativa externa do que é dito.

Para Foucault (2008) o discurso está ancorado não na unidade do sujeito, mas na sua dispersão, há, portanto, um descentramento do sujeito entendido como parte de um corpo sócio-histórico-cultural.

O sujeito não fala por si só, mas a sua escritura está baseada na realidade social envolta por ideais e ideologias. Nesse cenário, também o sujeito leitor se insere no discurso enquanto ser sócio-histórico e cultural.

## **1.2 Análise do Discurso: Conceito**

De acordo com Orlandi (2012) a Análise do Discurso não se refere a língua ou gramática, ainda que todos esses aspectos façam parte da mesma. Trata essencialmente do discurso, palavra que etimologicamente possui a ideia de percurso, movimento, transcurso. É, portanto, palavra em movimento. Por meio da Análise do Discurso observa-se a fala produzida pelo homem.

A referida autora enfatiza ainda que Análise do Discurso busca a compreensão da língua, relacionando-a ao contexto do qual se fala. Analisa a história do homem enquanto ser histórico que transforma a realidade em que vive transformando a si mesmo.

Sobre esse aspecto a referida autora acrescenta que:

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana (ORLANDI, 2012, p. 14).

A partir do exposto, pode-se inferir que a Análise do Discurso trabalha com a língua enquanto construção social, cheia de significados distintos, capaz de dar sentido a todas as ações humanas e de diferenciar as mais distintas sociedades.

Um escritor não cria um texto aleatoriamente, mas baseando-se e retratando-se uma determinada sociedade em uma certa época, bem como trás de forma implícita ou explícita as características do autor, seu ponto de vista sobre o assunto tratado, suas convicções, valores, crenças, etc.

Para Orlandi (2012) a Análise do Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, ou seja, de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é clara, compreensível. Não é possível na Análise do Discurso separar forma e conteúdo, isso porque procura-se a compreensão da língua não somente como estrutura mas sobretudo como um acontecimento.

É importante salientar que não se deve confundir Análise do Discurso com análise de conteúdo, pois enquanto este procura entender o significado do texto, a primeira vai além do texto, buscando respostas para o mesmo, extrapolando-o. Há na análise necessariamente uma produção do conhecimento.

Na Análise do Discurso além de compreender os enunciados o interlocutor deve possuir conhecimentos que o possibilitem ir além dos próprios enunciados perceber nas entrelinhas a intenção do interlocutor, sua atividade consciente, o que ele teve de fato a intenção de dizer ou mesmo ser capaz de compreender a sua ação inconsciente que surgiu de forma involuntária e que ele acabou por dizer.

Pode-se dizer que na Análise do Discurso há uma construção de um novo discurso posto que se descobre ao longo da análise o que não foi dito de forma explícita, mas que ficou subtendido no texto. Ela parte do pressuposto de que a linguagem não é transparente e que por trás do que foi dito tem-se ainda muito a se dizer, a ser compreendido.

Na Análise do Discurso é possível além de apreender a prática da linguagem, compreender a língua enquanto trabalho simbólico, podendo dessa forma dar sentido ao que foi dito e compreender a história do homem enquanto ser social e histórico. Leva em consideração o indivíduo e a sua língua de forma concreta, considerando os meios pelos quais se produz a linguagem introduzindo o indivíduo e a linguagem à sua exterioridade e historicidade.

Silva (2005) explica que é através da linguagem, o indivíduo modifica a realidade em que vive e a si mesmo. Constrói a existência humana, ou seja, lhe atribui sentido. E é essa aptidão inata do indivíduo de lhe conferir, sentidos que possibilita seu constante devir, e o das coisas, que interessa à Análise do Discurso.

A Análise do Discurso pode ser entendida como o encontro aleatório de distintos campos do conhecimento que deixaram lacunas em suas teorias e deste modo permitiram a demarcação dessa nova disciplina que, apesar de utilizar esse lugar já existente, instala-se removendo de suas vizinhas posicionamentos teóricos fecundos para abordar sobre um novo objeto: o discurso.

No entendimento de Rodrigues (2011) para a Análise do Discurso qualquer discurso possui uma parte oculta ou pelo menos inacessível ao próprio sujeito, pois o texto não é transparente, evidente, totalmente interpretável na sua literalidade, mas sim obscuro, uma trama complexa que precisa ser desconstruída. Porém nessa desconstrução tem-se que dar relevância ao lugar ocupado pelo sujeito que o interpreta.

Ainda, para o referido autor o que leva o indivíduo a analisar desta ou daquela forma determinado discurso é a ideologia. Pois como já frisado no decorrer deste estudo, do ponto de vista da Análise do Discurso a interpretação não constitui-se em mera decodificação para compreender o sentido do texto.

Para Orlandi (2008) o autor de um determinado discurso possui responsabilidade social sobre o mesmo, por isso deve produzir um lugar de interpretação, pois o sujeito somente se faz autor se o que ele produziu puder ser interpretado.

Ainda segundo a autora supracitada o sujeito individualizado é apagado dentro do discurso, vindo ao encontro das concepções de Foucault (2008) sobre o sujeito, quando este sugere que o sujeito individualizado desaparece do discurso dando lugar a uma multiplicidade de sujeitos-discurso.

Partindo da discussão sobre os sujeitos - discurso, do ponto de vista de Orlandi (2012, p. 16), mostrado no tópico adiante:

A primeira coisa a se observar é que a Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto sistema abstrato, mas com a língua do mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

O que a autora quer dizer é que, na Análise do Discurso, para que haja de fato a compreensão, entendimento, se faz necessário uma leitura de mundo, entender o contexto em que a obra foi escrita, qual a posicionamento político vigente, quais os aspectos ideológicos podem estar subentendido dentro da obra. É necessário que o analista do discurso relacione à linguagem à sua exterioridade.

Na Análise do Discurso é imprescindível levar em consideração o homem no seu contexto histórico e em quais situações ocorrem a produção da linguagem por meio da análise da relação instituída pela língua com os indivíduos que a falam e as circunstâncias em que se concebe o dizer.

### **1.3 Análise do Discurso e Leitura**

Outro aspecto a ser considerado quando se trata de Análise do Discurso é a questão da leitura que possui extrema relevância, posto que, não é possível falar em Análise do Discurso sem dar ênfase à leitura.

Mendes (2003) faz uma crítica a esse respeito ao ressaltar que tem constatado ao longo de seus estudos sobre a Análise do Discurso que a leitura não tem recebido o mesmo tratamento dedicado aos outros componentes do discurso.

O discurso escrito apresenta uma natureza bem mais concreta que a leitura, pelo menos no que tange o seu registro e essa concretude facilita ao leitor a apreensão do texto, o que nem sempre acontece com a leitura. Os discursos escritos podem ser lidos em voz alta por qualquer indivíduo que tenha domínio dos signos linguísticos. Basta apenas decodificar os símbolos e não necessariamente entendê-los. Eles podem ser guardados em bibliotecas, selecionados por tipos e gêneros, serem alterados, parafraseados, traduzidos, citados.

Porém no caso da leitura, quase todas as formas sugeridas passam necessariamente pela leitura de um outro, pela própria escritura ou ainda por formas orais de produção de texto para que assim seja possível apreender com alguma segurança qual é realmente a leitura que se faz do texto.

No entendimento de Mendes (2003) leitura e escritura se diferenciam também porque não é possível ocorrer leitura se não existir um texto, por sua vez é perfeitamente possível existir um texto não lido, ou lido somente pelo seu autor durante o procedimento de escritura e logo em seguida destruído.

Estudos na área da linguística cognitiva e psicolinguística indicam também profundas diferenças entre o processo mental do discurso escrito e no ato da leitura. A falta de um tratamento adequado à leitura em relação ao discurso deve ser repensada, pois o ato de leitura é uma preocupação constante entre os educadores, posto que, é grande a dificuldade dos alunos em compreender o discurso escrito.

É comum os alunos possuírem total domínio da escrita, decodificar com facilidade os signos linguísticos, porém é limitada até mesmo a compreensão do texto, tornando-se praticamente impossível compreender as ideologias que perpassam os discursos escritos.

#### **1.4 A Prática da Leitura em Sala de Aula**

Propiciar o gosto pela leitura é realmente uma tarefa longa e difícil, porém gratificante. Para tanto, deve-se levar em consideração os estímulos recebidos durante a formação cognitiva de cada educando, valorizando também o incentivo oferecido pela família. Porém, apesar dessas condições serem importantes, há ainda uma maior a que se refere aos professores, pois para formar bons leitores, é preciso ter uma grande paixão pela leitura.

Segundo Lajolo (1985):

Se a relação do professor com o texto não tiver um significado, se ele não for bom leitor, são grandes as chances de que ele seja um mau professor. E, à semelhança do que ocorre com ele, são igualmente grandes os riscos de que o texto não apresente significado nenhum para os alunos, mesmo que eles respondam satisfatoriamente a todas as questões propostas. O



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



primeiro requisito, portanto, para que o contato aluno/texto seja o menos doloroso possível é que o mestre não seja um mau leitor. Que goste de ler e pratique a leitura (LAJOLO, 1985, p. 53-54).

Assim como acontece com os alunos e com a maioria da população, alguns educadores também tem se mostrado com uma prática de leitura entravada, utilizando em suas aulas apenas os livros didáticos como o único instrumento de ensino da Língua Portuguesa. Dessa maneira, esses “educadores” limitam a leitura dos alunos e conseqüentemente interferem de forma retrógrada nas habilidades de compreender e interpretar dos mesmos, oportunizando simplesmente textos definidos e respostas prontas.

Além disso, é necessário que o professor entenda que um texto não é apenas sobre alguma coisa, mas que também é produzido por alguém e para alguém. Deste modo, o universo da sala de aula no momento da leitura consiste na interação autor/aluno/professor, pois, de fato é preciso ler, a fim de associar ideias transportando-as para os mais diversos caminhos da compreensão.

Sabe-se que a aplicação da leitura tornou-se um hábito constante e necessário na sala de aula, pois através dela é possível ampliar a capacidade interpretativa dos educandos. Tendo em vista, que o texto constitui-se em uma construção ativa. Quem dá vida ao texto é o leitor durante o ato de leitura, relacionando seus conhecimentos e experiências, para concretizar suas ideias com as possíveis ideias do autor.

Porém, é preciso reformular o conceito de leitura que muitos educandos ainda possuem, para tanto temos que difundir a concepção de Orlandi (2001, p. 106), quando afirma: “A leitura de um texto não é mera decodificação de sinais gráficos, mas a busca de significações marcadas pelo processo de produção desse texto e também marcadas pelo processo de produção de sua leitura”.

A leitura juntamente com a interpretação são meios para a efetivação da aprendizagem, pois através delas é possível adquirir muitos conhecimentos, abrangendo todas as áreas e assuntos.

Segundo Sole, 1998:

Pode-se considerar que a leitura é um dos meios mais importantes na escola para a consecução de novas aprendizagens. Isto não significa que não se considere mais necessário insistir em seu ensino. De fato, durante toda a etapa do Ensino Fundamental e às vezes também no Médio, continua-se reservando um tempo para a leitura geralmente na matéria

de linguagem. Por outro lado, à medida que se avança na escolaridade, aumenta a exigência de uma leitura independente por parte dos alunos, que costuma ser controlada pelos professores mediante questionários, fichas, etc. (SOLE, 1998, p. 36).

Sabendo que além desses famosos questionários exigidos aos alunos, muitas vezes a leitura é restrita apenas ao livro didático, e é tida como chata e enfadonha, causando assim a aversão à leitura e conseqüentemente a dificuldade de interpretar. De acordo com Perini (1999, p. 81): “A maneira de se aprender a ler funcionalmente é ler. Não há procedimentos de sala de aula que possam substituir com eficácia, ou mesmo complementar, a experiência direta da leitura.”

Por conseguinte, o prazer de ler envolve fatores externos e internos, o primeiro refere-se ao incentivo da família, o estímulo do educador e também a proposta pedagógica da escola, já o segundo remete-se a motivação pessoal de cada um. De fato, a capacidade de desfrutar a leitura é uma característica intrínseca do bom leitor, o texto é simplesmente um conjunto de significantes sem nenhum significado.

Porém, é a partir da construção do significado que se volta à habilidade de compreender e interpretar não como um processo mecânico que deixa transparecer o peso da força e do dever, mas sim como um procedimento inserido no processo de aquisição de conhecimentos, envolvendo o encanto e a liberdade.

Dessa forma, o educando descobre que compreender e interpretar não é só montar palavras: é dar sentido à vida do texto, é assimilar a linguagem sem o risco de alienação, é construir histórias com as experiências do cotidiano, é descobrir a realidade, é uma cumplicidade gerada pela energia do saber, que institui um elo de ligação e de trocas a fim de eliminar as sombras da ignorância.

## **2 Livro Didático**

### **2.1 Aspectos da Construção Histórica**

De acordo com a história o livro didático constitui-se em uma ferramenta do professor desde as primeiras décadas do século XX. A sua utilização ocorreu com a intenção de melhorar a aprendizagem dos alunos e contribuir dessa forma com a qualidade da mão de obra.

Comenius (1592-1670), considerado o fundador da didática e, em parte, da pedagogia moderna, foi um dos grandes defensores da utilização dos livros didáticos, *isso porque ele* se empenhou em seus estudos para encontrar uma forma em que os professores pudessem ensinar menos e os alunos aprender mais, chegando à conclusão que os manuais didáticos seriam a forma perfeita para que se pudesse transmitir conhecimento a mais pessoas, em menos espaço de tempo, com menos gastos com profissionais da educação (ALVES, 2006).

Surgia então, como novo instrumento de trabalho do professor os manuais didáticos, “com a pretensão de substanciar uma síntese dos conhecimentos humanos de uma forma mais adequada ao desenvolvimento e à assimilação da criança e do jovem.” (ALVES, 2006, p. 76).

Segundo Damis (2002) a história do livro didático, inicia no ano de 1930 assim como a própria história da legislação educacional e da formação profissional para o exercício da docência no Brasil. Entretanto, o marco inicial foi a Lei promulgada em 1938, por meio do Decreto Lei 1006.

Importante lembrar que, inicialmente o livro didático foi utilizado com o firme propósito de repassar as ideologias, dessa forma era considerado como uma ferramenta política ideológica a serviço do Estado. Os professores não possuíam a liberdade de escolha do livro didático de acordo com o que acreditavam ser melhor para o processo de ensino e aprendizagem de seus alunos, mas eram obrigados a escolher os livros a partir de uma lista predeterminada.

Durante as últimas décadas o Ministério da Educação e Cultura (MEC) tem criado diversas comissões com o intuito de avaliar os livros didáticos, visando a qualidade dos mesmos e, conseqüentemente a qualidade da educação. No entanto, o processo tem sido lento e encontra vários obstáculos, um deles é o interesse editorial que na maioria das vezes encontra-se alheio as novas orientações pedagógicas, interferindo na qualidade do livro didático e, por conseguinte, no processo de ensino aprendizagem (DAMIS, 2002).

Outro obstáculo apontado por Damis (2002) é a pouca preparação dos educadores, que dificulta a escolha de um bom material pedagógico, já que a mesma constitui-se um procedimento bastante exigente para um grupo de educadores que muito pouco tem recebido nos últimos tempos em termos de qualificação e capacitação, capazes de desenvolver nos mesmos competências e habilidades.

No ano de 2001, em 21 de fevereiro, foi promulgada a resolução nº 603, que passou a ser o mecanismo organizador e regulador do PNLD. Ultimamente é o decreto nº 7.084/2010 que está em vigência e que regula o procedimento de escolha do livro didático que inicia com a inscrição das editoras e autores dos livros, por meio dos editais, a partir da inscrição é feita uma triagem feita pela Secretaria de Educação Básica (SEB).

Sampaio (2010) explica que existe uma equipe de especialistas que fazem a escolha dos livros didáticos, porém faz uma crítica pela falta de informações e divulgação sobre quais são os critérios utilizados pela equipe para adotar ou destacar os livros didáticos já que tanto as editoras como os escritores não ficam sabendo as razões que levaram determinados livros não estarem no guia do livro didático que são distribuídos nas escolas.

O autor explica ainda que ficar fora do guia do livro é muito ruim para os escritores e editora já que essa é a única forma dos professores terem acesso ao material e não estando no guia sabe-se com antecedência que ele não será adotado por nenhuma escola.

## **2.2 A Ferramenta do Dia a Dia do Educador**

Como já verificado um dos grandes incentivadores da utilização dos manuais didáticos em sala de aula foi Comenius, ao defender a universalização do ensino propondo ensinar tudo à todos, tendo como grande aliado os manuais didáticos, tão conhecidos e utilizados atualmente em tempo integral, tanto por professores quanto pelos alunos e que, por sinal, vem sofrendo duras críticas nas últimas décadas.

Uma das críticas em relação aos manuais didáticos é que por vezes eles substituem os planejamentos escolares, haja vista que trás textos e exercícios prontos, cabendo ao professor apenas reproduzi-los, o que leva o aluno a apenas reproduzir conhecimentos prontos e acabados e não a construí-los.

Verzeze e Silvino (2008) enfatizam que o professor utiliza somente o livro didático como material pedagógico – o livro acaba sendo o roteiro de suas aulas. Fato que compromete a aprendizagem do educando, pois tal atitude do educador, provavelmente termina por desconsiderar as diversidades linguísticas que os educandos trazem na sua fala.

Esse fato é comprovado por meio da pesquisa realizada por Verceze e Silvino (2008) com 30 professores atuantes em Escolas Municipais da cidade de Guajará-Mirim em Rondônia. Desse total de docentes pesquisados os autores detectaram que 70% utilizam apenas o livro didático como material pedagógico, mesmo demonstrando descontentamento com os livros didáticos por não tratarem de temas da realidade vivenciada pelos educandos continuam fazendo uso somente desse aporte para o Ensino Fundamental daqueles alunos.

Segundo Verceze e Silvino (2008) os professores entrevistados acreditam que as escolas deveriam adotar livros escritos por autores que vivem na região e conhecem a realidade local, e que falam sobre temas da realidade dos alunos. Os professores ressaltam ainda, que, nem sempre o livro que os professores escolheram é o que o Ministério da Educação (MEC) envia para escola.

Bittencourt (2003) ressalta que nos últimos anos o livro didático transformou-se em uma das principais ferramentas do professor no processo de ensino-aprendizagem, tendo gerado inclusive críticas por parte de alguns que acreditam que o livro deve ser apenas um suporte pedagógico do educador e não uma "bíblia" como muitos fazem uso, transformando-o em único recurso pedagógico para ministrar as aulas.

No Brasil o livro didático é amplamente utilizado tanto nas escolas públicas quanto nas privadas. O Governo Federal, inclusive, implantou diversos programas com a finalidade de difundir-lo para todos os alunos de escolas públicas do país, deixando claro a sua importância enquanto ferramenta de ensino aprendizagem. O programa de distribuição de livros didáticos no Brasil é considerado o maior do mundo, tendo em vista a dimensão do investimento e distribuição, que acontece em todos os estados brasileiros e chega até nos locais mais remotos.

Segundo Freitag (1989) o livro didático pode ser considerado uma respeitável ferramenta no processo de ensino e aprendizagem, já que, nele as ideias são difundidas e os mais distintos conhecimentos são transmitidos, desde os conhecimentos do senso comum até os científicos e tecnológicos, bem como: valores, costumes, ideias, comportamentos, dentre outros.

Méndez (2003) ressalta sobre a importância do livro didático em sala de aula tanto como instrumento pedagógico que auxilia no processo de ensino aprendizagem dos alunos, como também serve de material para capacitação e ferramenta legitimadora do processo educacional. Isso nos remete a uma reflexão sobre a maneira que está sendo utilizado o manual didático em sala de aula, porque sob o ponto de vista deste autor,

o manual é uma importante ferramenta para o processo de aprendizagem, contrapondo outros pontos de vista de autores elencados no corpo deste artigo, como por exemplo, Verceze e Silvino (2008), no que tange a editoração, regionalização e utilização do Manual Didático como principal ferramenta utilizada no processo de aprendizagem, formação de leitor crítico.

### **2.3 A variedade Textual Presente nos Livros Didáticos**

Atualmente existe um discurso formado sobre a necessidade de se trabalhar em sala de aula com vários gêneros textuais. Prática defendida por Marcuschi (2008) que acrescenta ainda que é preciso conceituar os distintos gêneros textuais segundo a sua função social e histórica. Dessa forma, fica evidente que o educador ao levar para sala de aula determinado gênero textual deve ter a preocupação de contextualizá-lo, assim como deixar claro para o aluno o estilo linguístico adotado pelo autor para que o aluno possa visualizar, possa compreendê-lo de uma forma global.

Marcuschi (2008) ressalta também sobre a importância de deixar claro para o aluno a diferença entre gênero textual (notícias de jornal, artigos de opinião, charges, tiras humorísticas, etc.) e tipo textual (narração, dissertação, descrição). Isso porque, segundo o autor os livros didáticos tendem a solicitar que os alunos elaborem um determinado tipo de texto em detrimento aos gêneros textuais, e o educador deixa de esclarecer aos alunos que as diferentes tipologias textuais podem estar presentes em diversos gêneros textuais.

No entanto, Marcuschi (2008) esclarece que, alguns livros atuais, ao contrário dos mais antigos, trazem uma variedade de gêneros e propostas de atividades de interpretação que aguçam a curiosidade e interesse dos alunos pela leitura e produções textuais.

Concordando com Marcuschi (2008), Verceze e Silvino (2008) também fazem críticas aos textos presentes nos livros didáticos, ressaltando que a maioria dos textos presentes nos mesmos são literários que não atendem às necessidades de todas as classes sociais, já que não fazem referência as peculiaridades locais. Fato que tende a prejudicar o trabalho do professor, que não consegue realizar de forma efetiva um trabalho voltado para as características regionais.



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



Essa realidade de muitos livros didáticos adotados pelas escolas brasileiras acabam por dificultar o trabalho dos professores que precisam buscar em outras fontes textos que se aproximem da realidade do educando de forma que ele possa partir da visão de mundo que possui e se estender a outras realidades.

Para Verceze e Silvino (2008) a falta de adequação dos livros didáticos as particularidades regionais dificulta, principalmente, o trabalho de educadores da área rural, tendo em vista que apresentam apenas textos elitistas que não possuem relação alguma com as características locais.

Os autores ressaltam ainda, que os textos elitistas presentes na maioria dos livros didáticos, tem ocasionado a desvalorização da linguagem dos alunos, aspectos da sua regionalidade, ocasionando diferenças e conflitos, e, especialmente entre classes sociais, provocando preconceitos.

### **3. Análise do Livro Didático do 6º ano do Ensino Fundamental "Para Viver Juntos"**

Para a realização dessa pesquisa foi utilizado um exemplar da Língua Portuguesa do 6º ano do ensino fundamental "Para viver Juntos" dos autores Cibele Lopresti Costa, Greta Marchetti e Batista Soares, da editora SM, publicado no ano de 2009. Desde então passou a ser um dos exemplares do guia de livros didáticos enviados para as escolas de todos os estados brasileiros para ser escolhido entre os demais exemplares. Pelo visto teve boa aceitação entre os professores, posto que, desde 2009 até neste ano de 2014 ele é um dos escolhidos pelos professores da rede pública do Município de Campo Grande e utilizados pelos mesmos como uma importante ferramenta de trabalho.

Esse exemplar está dividido em nove capítulos, sendo que, cada um deles trás um gênero textual específico. Dessa forma, o livro contém narrativa de aventuras, contos populares, histórias em quadrinhos, notícias, relatos de viagens e diários de viagens, poemas, artigos expositivos e de divulgação científica e entrevistas.

Os próprios autores mencionam que a coleção apresenta diferentes gêneros textuais que circulam em distintas esferas sociais. Assim, o educando poderá entrar em contato com um rico universo em que poderá, além de expor suas ideias: criar, emocionar e argumentar nas mais distintas situações didáticas.

Verifica-se que referente a gêneros textuais este exemplar está de acordo com a proposição de Marcuschi (2008), apresentando os livros didáticos vários gêneros textuais e não apenas tipologias textuais.

Os gêneros apresentados no referido exemplar possuem grande relevância no que se refere ao processo ensino/aprendizagem, já que além de oportunizar ao aluno o conhecimento dos diferentes gêneros textuais existentes, também proporciona ao mesmo uma maior interação com o meio em que vive, já que pode em alguns momentos fazer uma relação entre os textos estudados e a realidade do seu dia a dia.

É possível verificar também, que existe consistência da coleção em sugerir consecutivamente ao educando a produção do gênero que tematiza a unidade. Assim como se verifica também que uma mesma unidade propõe a produção de mais de um gênero textual, o que tende a ampliar ainda mais o conhecimento dos alunos sobre os diferentes gêneros textuais e os capacita a interpretá-los e produzi-los.

Entretanto, observa-se que os textos apresentados no livro didático são trabalhados na maioria das vezes com atividades de decodificação de informações que nada mais são do que o entendimento do texto, propondo apenas a descoberta da mensagem que ele passa, não havendo de fato proposição da descoberta para a análise do discurso.

Também são abordadas algumas questões gramaticais, que de acordo do Orlandi (2012), a análise do discurso não se refere a língua ou gramática, página 3 deste trabalho, não sendo possível separar forma e conteúdo do que ocorre com os livros didáticos que são análises de conteúdo, pois as atividades propostas limitam-se ao entendimento do texto.

Se os livros didáticos, trouxessem atividades de análise do discurso, os alunos não somente compreenderiam os enunciados, mas utilizariam de seu conhecimento prévio, de suas experiências para que todo o contexto em que vivem possam ser associados aos textos, fazendo com que eles produzam novos conhecimentos, críticas, exposições e comparações, a partir dessa interação. As leituras tomadas para análise desse trabalho se encontram nos capítulos 1 e 6 do Manual de Ensino da Língua Portuguesa da coleção Para Viver Juntos do 6º ano do Ensino Fundamental.

### **3.1 Romance de Aventura**

No primeiro capítulo, a atividade de leitura, traz a imagem de uma cena de um filme, “Eragon”. Algo relevante de se explicar, é que existem diversos tipos de leituras, isso quer dizer que, não necessariamente ela precisa estar presa a compreensão de códigos gráficos. Por esse motivo essa atividade é diferente, pois essa leitura é posta através de uma cena, uma fotografia, que é a cena do filme.

O primeiro exercício é para que o aluno faça a leitura da figura, observando-a, interpretando-a, descrevendo sobre os personagens, sobre suas vestes e sobre o lugar. Ao analisar a imagem, o aluno observa que ela possui uma legenda na qual informa que as características observadas na imagem são típicas de um romance de aventura, situando assim o leitor acerca do gênero textual.

A autora faz uma introdução do que será estudado no primeiro capítulo, ela faz o uso de estratégias de como estimular o conhecimento prévio do próprio leitor, com a finalidade de melhorar o entendimento e a compreensão do que está lendo. Todo o estímulo é introduzido pelo livro didático, todavia, mediado pelo professor, que, pressupõe-se possuidor de conhecimentos para além do manual didático.

Prosseguindo com a análise da cena, o livro ainda traz atividades que submetem o leitor a expor o seu ponto de vista, fazendo associações com momentos da história, época em que foi escrito o texto ou pintada a obra por exemplo. Dessa maneira o leitor passa a rever a sua primeira hipótese levantada acerca da imagem no início de sua leitura, como se passasse a ter um segundo olhar, em que observa com muito mais detalhes que a primeira corrida de olhos sobre o texto ou obra de arte examinada.

Nas atividades são solicitados aos leitores que cada vez mais participem da leitura, questionando-a se é possível identificar o que se tece entre os personagens e o diálogo estabelecido entre eles, seu autor e o consumidor dessa escrita, ou seja, o leitor. Nesse momento são estimuladas as criatividade e as possibilidades na mente leitora. Contudo, ainda não são nítidos os estímulos a novos desafios, como por exemplo: a leitura dos clássicos dos quais foram retirados recortes para compor esses livros didáticos como forma de buscar e adquirir uma formação integral em detrimento da fragmentada posta na escola vigente.

Nessa atividade de introdução ao primeiro capítulo, verifica-se as maneiras que podem ser exercitadas a criticidade do aluno, através de exercícios que propiciem a interação do leitor, referindo-se a sua opinião em confronto com a leitura da imagem.

Essa atividade poderia se tornar mais interessante, se o livro promovesse questões argumentativas, separando, por exemplo: a sala em grupos, para que os mesmos debatessem a respeito da imagem, com suas diferentes opiniões, e ao término encerrar com a apresentação do filme, ou, a sugestão para que assistissem em casa. Dessa forma as habilidades a serem desenvolvidas, seriam a crítica e a argumentação.

A outra leitura analisada também do primeiro capítulo, trata-se de um trecho de um clássico da literatura “As aventuras de Robinson Crusóé”, um romance de aventura de Daniel Defoe, escritor inglês.

A primeira atividade após essa leitura é sobre o estudo do texto, tarefas estas que remetem o leitor diretamente a ele, pois as perguntas são focadas nos personagens, no ambiente, no herói, no vilão, no gênero textual, no contexto em que a obra foi escrita e sobre a linguagem utilizada no texto.

Ainda no primeiro capítulo, o aluno é estimulado a produzir seu próprio romance de aventura e apresentar para sua classe, o livro traz a proposta de como produzir, fazendo um planejamento e posteriormente a elaboração do seu próprio romance de aventura.

Ambas as leituras analisadas no primeiro capítulo do livro, trazem atividades que despertam parcialmente a criatividade do aluno, mas somente a segunda desenvolve a argumentação, no momento em que a história deve ser recontada em uma apresentação em sala para os demais alunos da classe com o objetivo de que todos exponham as suas opiniões acerca do que produziram, mostrando que embora ainda tenha que se fazer muito para a transformação dessa realidade, existem indícios especificamente nessa obra analisada, de que se busca formar um leitor com o mínimo de criticidade.

### 3.2 Poema - "O Poeta Aprendiz" - Vinícius de Moraes

A primeira atividade de leitura do 6º capítulo, traz a leitura de um quadro de Hains Raymond, cheio de figuras geométricas de tamanhos e cores diferentes. O primeiro exercício é de observação, seguido de questionamentos, sobre as formas e cores utilizadas na imagem, no segundo exercício, o livro traz uma pequena estrofe de um poema de Vinícius de Moraes, “A Porta” seguido de exercícios que pedem a atenção do aluno para os sons do poema e para as atitudes da porta que foram representadas no poema, de maneira que a mesma tivesse sido humanizada. Já o terceiro e último exercício introdutório ao capítulo, pedem que o aluno estabeleça uma relação entre o poema e o quadro. Ambas as atividades não abordaram questões sobre os autores das obras analisadas, apenas possui uma legenda que informa que toda obra de arte é uma representação da realidade, e que o artista pode utilizar de diferentes linguagens e variados recursos para transmitir sua mensagem.

Já com iniciando a atividade do capítulo seis, é apresentado ao leitor, trechos do poema “O Poeta Aprendiz” de Vinícius de Moraes, iniciando com a apresentação do autor, informando data de nascido e principais feitos e atividades que marcaram vida do autor. Somente após essa leitura de apresentação é que é exposto o poema e a seguir suas atividades.

Toda a leitura tem sua expressão e conteúdo. Em um poema por exemplo, a combinação das palavras nos versos, nas estrofes, as rimas, o ritmo e até a escolha de cada palavra, expressam a ideia, um conteúdo.

A primeira se trata do estudo do texto, que são questões voltadas unicamente para o total entendimento do texto, para a transmissão da mensagem. Nessa atividade tem uma legenda importante que trata sobre as diferenças do narrador e do eu lírico, eu são os narradores do texto narrativo e do poema. A segunda questão trata da sonoridade e do ritmo do poema, e puxa a atividade para algumas características desse gênero, do poema. Logo depois trabalha a questão da linguagem utilizada no texto seguido de uma reescrita a partir da interpretação do aluno.



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



O sexto capítulo segue com a ordem de atividades exatamente como o primeiro, finalizando as atividades do capítulo com questões voltadas para a gramática.

Ambas as leituras analisadas no sexto capítulo do livro, trazem atividades que tratam da leitura na perspectiva de decodificação de informações e apresentação de características do gênero textual do poema, não são realizadas atividades que trazem o leitor para participação, crítica, expositiva e comparativa com o meio em que vive.

### **Considerações Finais**

À guisa de considerações finais: Analisando a leitura feita nos escritos dos autores elencados neste trabalho, que nortearam nossas respostas em busca de elucidar ainda que sucintamente diante da gama de autores que discorrem sobre o tema leitura e análise do discurso, todavia, foram escolhidos àqueles que atenderam aos anseios propostos pela Universidade, uma vez que são estudados diuturnamente por docentes e discentes no âmbito da linguística e também de disciplinas vizinhas, que serão arrolados na referência e que iluminaram a nossa visão sobre o uso do manual didático em sala de aula, e, ainda nos possibilitaram realizar a análise do livro didático intitulado “*Para Viver Juntos*”, implementado para os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental pela Secretaria de Educação em Campo Grande - MS.

Diante de todos os diálogos sobre a questão central que nos remete a utilização e eficácia do manual didático no ensino regular, bem como da sua capacidade em formar um leitor crítico, constatamos o uso maciço do manual didático nas escolas do Ensino Fundamental no Brasil, como revelaram-nos, Verceze e Silvino (2008), destacando a utilização em 70% só dessa ferramenta como única para a transmissão do conhecimento em um município da região norte do país, fato que provavelmente se repete em outras regiões, ficando bastante acentuada a fragilidade desse leitor/aluno, no quesito capacidade leitora e interpretativa por toda sua vida



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



estudantil em todos os níveis quando talvez passará a fazer uso de outras leituras que não apenas o manual didático quando estiver no ensino médio ou em um curso superior.

Assim sendo, ao mesmo tempo em que a maioria dos autores que compõem este artigo comungam que o manual didático é uma importante ferramenta de trabalho utilizada pelo professor para a transmissão do conhecimento, nós, enxergamos a lacuna deixada pelo manual quando passa a ser a bússola do professor nas lides do ensino, quando deveria ser utilizada em conjunto com outros escritos produzidos para a educação, por exemplo: excertos de clássicos que poderiam levar o aluno ao entendimento da proposta integral da obra, ou ainda, clássicos completos de fácil leitura e entendimento, para aguçar no aluno o interesse pela leitura e pela interpretação da escrita.

Dessa maneira, abalizados pelas leituras dos autores elencados no corpo do texto, entendemos que o livro didático proposto pela Secretaria de Educação do Município de Campo Grande - MS, “atende” segundo o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a demanda escolar, porém, ao nosso entendimento, como já afirmamos anteriormente, fica aquém do verdadeiro objetivo de leitura, escrita e interpretação de texto, ainda que, aparentemente satisfaça aos quesitos relacionados, não se coaduna a avidez vivenciada pelo aluno da escola contemporânea na busca pelo conhecimento, que independente do gênero textual, esbarra a todo momento nos limites da interpretação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

DAMIS, Olga Teixeira. Formação pedagógica do profissional da educação no Brasil: uma perspectiva de análise. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro e AMARAL, Ana Lúcia (orgs.). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas SP: Papyrus, 2002.



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAG, Bárbara, et. al. **O Livro didático em questão**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

LAJOLO, Marisa. **O texto não é pretexto**. Zilberm, 1985.

MARCHUSCHI, Luis Antônio. **Produção Textual, Análise de Gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDES, Eliana Amarante de Mendonça. **Leitura e Análise do Discurso**. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; RENATO, Mello. **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: núcleo de análise do discurso, programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdades de Letras da UFMG, 2003.

MÉNDEZ, Mário Castillo. **O Livro e a educação: aspectos políticos da produção do livro didático**. In: BARBOSA, Raquel Lazatti Leite (org.). **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto: formação e circulação do sentido**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2012.



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



PERINI, Mário A. **Leitura perspectivas interdisciplinares:** a leitura funcional e a dupla função do texto didático. São Paulo: Ática. 1999. pg. 78-86.

RODRIGUES, Marlon Leal (Org.) **Linguagem, identidade, gênero, história.** Rio de Janeiro: Litteres: QuárticaPremium, 2011.

SANTOS, João Bôsko Cabral dos. Vozes e sentidos no gênero. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; RENATO, Mello. **Análise do discurso em perspectivas.** Belo Horizonte: núcleo de análise do discurso, programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdades de Letras da UFMG, 2003.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. Sobre a Análise do Discurso. **Revista de Psicologia da UNESP**, n. 4, v. 1, 2005.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura.** Trad. Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SOUZA, Wander Emediato de. Os gêneros discursivos como tipos situacionais. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; RENATO, Mello. **Análise do discurso em perspectivas.** Belo Horizonte: núcleo de análise do discurso, programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdades de Letras da UFMG, 2003.



EDIÇÃO 17 – 1º SEMESTRE DE 2014  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 30/12/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 05/01/2014



VERCEZE, Rosa Maria Aparecida Nechi; SILVINO, Eliziane França Moreira. O livro didático e suas implicações na prática do professor nas escolas públicas de Guajará-Mirim. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v.11, n.3, p.338-347, set./dez. 2008.